



FORMULÁRIO PARA RELATÓRIO FINAL

1. Identificação do Projeto

Título do Projeto PIBIC/PAIC

Cartografia social dos moradores do Parque Residencial Manaus: Uma análise acerca das condições de vida e trabalho.

Orientador

Katia de Araújo Lima Vallina

Aluno

Sabrina Moraes Ferreira

2. Informações de Acesso ao Documento

2.1 Este documento é confidencial?

SIM

NÃO

2.2 Este trabalho ocasionará registro de patente?

SIM

NÃO

2.3 Este trabalho pode ser liberado para reprodução?

SIM

NÃO

2.4. Em caso de liberação parcial, quais dados podem ser liberados? Especifique.

3. Introdução

O projeto intitulado *Cartografia social dos moradores do Parque Residencial Manaus: uma análise acerca das condições de vida e trabalho*, integra-se na linha de pesquisas – políticas públicas - do Grupo GETRA/UFAM, sendo um subprojeto de um projeto mais amplo que foi



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



financiado pela FAPEAM, edital universal, intitulado *A construção do espaço urbano em Manaus: O Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus*.

A presente pesquisa tem como foco as condições de vida e trabalho dos moradores do Parque Residencial Manaus. Segundo Marx (1983) o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza e ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo a sua própria natureza. Para Marx (1971, p. 50) como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, há a eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana.

Lessa (2007) explica que não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e meios de subsistência imprescindíveis a cada sociedade, ou em outras palavras, a sociedade é impossível sem a natureza. Tal concepção se aplica a sociedade capitalista, pois, de acordo com Lessa (2007) mesmo para a sociedade capitalista mais avançada, sem a transformação da natureza o capital produzido ou valorizado pela exploração do trabalho abstrato não poderia sequer existir. Ainda segundo esse autor pode-se dizer que a sociedade está conectada à natureza e não só não pode existir sem ela como seus membros somente existem quando dispõe de uma estrutura natural viva, o seu corpo com suas funções biológicas. O autor esclarece que não há, em suma, entre o ser social e a natureza, nem uma mera continuidade nem uma absoluta autonomia.

Lessa (2007) explica que o surgimento da vida trouxe à existência uma nova categoria, a reprodução biológica. De modo análogo, a gênese do ser social corresponde ao aparecimento de uma categoria radicalmente nova, que não pode ser derivada da natureza: a reprodução social. O mesmo autor salienta que na base desse salto está o trabalho, uma forma de interação com a natureza completamente distinta da reprodução biológica e ao contrário desta. Para ele a reprodução social é um processo fundado pelo trabalho, um tipo de atividade na qual o indivíduo humano primeiro projeta mentalmente para depois transformar a natureza naquilo que necessita. Conforme Camargo (2011), Lukács explica - ancorado nas concepções da dialética do concreto de Marx -, que sem o trabalho o ser humano não poderia existir socialmente. Ao mesmo tempo que o ser humano transforma a natureza, a partir do trabalho vai transformando sua própria natureza e vai forjando a sociabilidade humana. Pode-se dizer então, que o trabalho é fundamental na vida dos indivíduos e no caso da sociedade capitalista é um fator que explica as formas de integração social e as condições de vida de cada um dos integrantes dessa sociedade.



Assim, devido à importância do trabalho na vida das pessoas, como exposto acima, é indispensável pesquisar como se efetivou a proposta do PROSAMIM na vida dos moradores reassentados no Parque Residencial Manaus, uma vez que, uma das propostas do programa é melhorar as condições de trabalho das pessoas que seriam atingidas de forma direta com a implementação desse programa. A retirada das moradias no entorno de igarapés e a construção do Parque Residencial Manaus e de outros parques residenciais trouxeram uma visão esteticamente mais bonita e organizada para a cidade, contudo, isso nos leva aos seguintes questionamento: todas essas mudanças foram efetivadas de acordo com proposta do Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM)? As pessoas de baixa renda, particularmente as que moravam às margens dos igarapés de Manaus e que são consideradas as beneficiárias do PROSAMIM apresentam melhores condições de vida e trabalho? É preciso averiguar se esse programa melhorou realmente as condições de vida dessas pessoas e é importante também pesquisar acerca das condições de trabalho dos moradores para que seja possível observar os problemas existentes referentes aos mesmos, uma vez que o trabalho é um dos indicadores fundamentais para se auferir as condições de vida.

Esta pesquisa insere-se na modalidade de pesquisa qualitativa, onde foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada com 15 moradores entrevistados, que residem no Parque Residencial Manaus, lócus da pesquisa. As entrevistas foram gravadas com a devida autorização dos entrevistados e posteriormente foram transcritas e analisadas. Antecedeu o processo de entrevistas a pesquisa documental sobre o referido programa e a pesquisa bibliográfica acerca dos assuntos trabalhados.

4. Justificativa

Parte-se da premissa de que a habitação é um direito básico. Esta visão é corroborada por Santos (2009) quando ele afirma que a habitação é uma necessidade humana básica e consiste na ocupação de um espaço que dê oportunidade para satisfação de outras necessidades. E quando se pensa no assunto é preciso considerar todos os fatores que levam o indivíduo a ter uma moradia digna, pois a habitação abrange um conjunto de elementos necessários para a subsistência do ser humano. Costa (2007) explica que:

Dignidade é um conceito que depende do conceito de pessoa. É um valor a que se tem recorrido frequentemente a fim de dar ao direito uma interpretação que favoreça o ser humano levando em conta a sua dimensão de pessoa acima de qualquer outra, esforço que tem sido imprimido pelo direito contemporâneo, tanto no aspecto normativo quanto no



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



aspecto jurisdicional, numa movimentação direcionada a uma atuação ética. (COSTA, 2007, p. 08).

Para Carlos (2007, p. 94) o ato do habitar implica, também, um conjunto de ações que articulam planos e escalas espaço-temporais que incluem o público e o privado, o local e o global, através da vida que se realiza pela mediação do outro, em que os indivíduos, imersos em uma teia de relações, constroem uma história particular que é, também, uma história coletiva. De acordo com Costa (2007, p. 02) “a moradia é ainda, uma necessidade básica do viver humano. O homem mora. Sua casa representa seu abrigo físico e seu lar, abrigo da intimidade, da vida em família, das memórias. Mas a necessidade de morar é uma necessidade que depende da terra, do espaço físico, para ser exercida”.

O processo de urbanização da cidade de Manaus ao longo dos anos acarretou várias mudanças ocasionadas pelo grande crescimento demográfico enfrentado. A ausência de planejamento urbano sistemático, bem como a falta de controle relacionado ao crescimento da cidade ocasionaram sérios problemas ambientais, principalmente nas comunidades localizadas nas áreas de igarapés, onde se instalaram diversas famílias, como explicita Nascimento (2010, p. 04):

Com a instalação da Zona Franca, Manaus sofreu um inchaço populacional em face da imigração das populações interioranas/ ribeirinhas, como mão-de-obra barata para as indústrias, gerando um crescimento desordenado da cidade e aumentando consideravelmente o número de bairros periféricos e favela.

É diante dessa realidade na qual um expressivo segmento da população manauara vive que a proposta do PROSAMIM foi justificada. Ou seja, é um programa que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida da população que reside na área de abrangência do programa, bem como melhorar as condições sanitárias do entorno urbano. Dito de outra forma:

Esse processo de ocupação das margens dos igarapés em Manaus está francamente arrolado a uma composição social desigual, o que firmemente vai remeter aos problemas relacionados à habitação, acarretando na ocupação por famílias pobres de áreas proibidas por lei. Diante desse cenário o Governo do Estado, como forma de intervenção nos igarapés, tomou medidas, no que concerne às famílias que habitam as margens desses cursos d'água, construindo núcleos habitacionais, que deslocariam moradores, para áreas localizadas na periferia da cidade (zona norte), ou apartamentos construídos próximos e/ou na área afetada pela intervenção. (NASCIMENTO, 2010, p. 04)

Em 2003 foi iniciado o PROSAMIM I, de acordo com Alves et al (2008), a “solução” do Governo do Estado do Amazonas para a densa ocupação das áreas de igarapés da cidade de Manaus – onde viviam aproximadamente 21 mil famílias em condições de vida insalubre, retirados dessas áreas e reassentados nos conjuntos e parques residenciais.

As obras abrangem a retirada das palafitas e o reassentamento de famílias em novas unidades habitacionais. Os componentes do programa estão reunidos sobre quatro aspectos: social,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



ambiental, engenharia e institucional. De acordo com Nascimento (2010), as áreas selecionadas pelo PROSAMIM são identificadas por dois espaços ambientais diferenciados:

(...) um determinado pela ocupação irregular por populações de baixa renda e pelas condições de degradação ambiental, habitacional, urbana e socioeconômica que definem um quadro de exclusão em relação à “cidade regular”; e outro determinado pelos espaços onde as comunidades serão transferidas em função de processos de reassentamentos para unidades habitacionais dispostas de forma organizadas em espaços especialmente desenhados (NASCIMENTO, 2012, p. 03).

A habitação envolve várias dimensões da vida humana, dentre elas destaca-se aqui o trabalho que é fundamental na vida humana porquê de acordo com Marx (1971) é condição para sua existência social. Para Marx (1971, p. 50) como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana.

A sociedade presenciou nas últimas décadas fortes transformações no mundo do trabalho desde a crise estrutural do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. De acordo com a visão corroborada por Antunes (2010) essas transformações fazem parte das respostas à crise do capitalismo e se dirigem por um lado, contra o modelo de regulação social-democrático que deu sustentação ao estado de bem-estar social em vários países centrais, e por outro lado contra o padrão produtivo fordista.

Ainda de acordo com Antunes (1999, p.01) o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente. Com isso, pode-se dizer que a sociedade atual apresenta um cenário crítico onde nota-se cada vez mais a precarização do trabalho, a diminuição dos postos de trabalho na indústria, nos serviços e aumento acentuado do desemprego.

Nos últimos anos, como resposta à crise dos anos 70, as transformações no processo produtivo intensificam-se, devido ao avanço tecnológico, à constituição do padrão de acumulação flexível dos modelos alternativos ao taylorismo/fordismo, onde para o capital, destacou-se principalmente o toyotismo. Caminha (2012) salienta que, com efeito, no modo toyotista, a maior parte do processo de produção passou a ser realizada por terceiros, o que por si só já é suficiente para causar um grande abalo no sentimento de pertença a uma mesma classe. Para Antunes (2010, p. 195), essas transformações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência intercapitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical e operário.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



A reestruturação do modo de produção capitalista desqualificou ou paralisou as instituições nas quais recaía tradicionalmente a tarefa de transformar a queixa em denúncia de caráter geral e em protesto público, mais especificamente, os sindicatos e os partidos políticos (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 285).

Como cita Caminha (2012 apud ANTUNES 2006) esse mesmo processo se verificou no Brasil no decorrer da década de 1990, quando os sindicatos acuados pela ofensiva neoliberal, pela desestruturação do mundo do trabalho e pela destruição de suas bases em razão do desemprego e da terceirização, perderam seu vínculo com o horizonte de classe e deixaram-se levar, sob a pressão das circunstâncias, pela fragmentação da classe. As medidas postas em prática para a reestruturação do capitalismo em face da crise estrutural deflagrada nos anos 1970, inspiradas no Neoliberalismo e tendo entre suas estratégias principais a mundialização da economia, a financeirização do capital e a flexibilização das relações de produção e de trabalho, associadas com o emprego das novas tecnologias, promoveram transformações sem precedentes nas relações de trabalho.

O que se vê hoje é fragmentação e heterogeneização do mundo do trabalho e, por conseguinte, dos trabalhadores. As transformações que afetam atualmente os processos de trabalho e as relações de produção modificam as condições materiais do trabalho e de vida do proletariado, sua composição profissional ou política e sua consciência de classe, fato que ocorre mundialmente. Segundo Antunes e Alves (2004), a classe trabalhadora no século XXI, em plena era da globalização, é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Com isso pode-se dizer nesse processo houve uma perda significativa de direitos, pois o sistema que está sob controle do capital tornou o trabalho ainda mais precarizado por meio das formas de subemprego, desempregado, intensificando assim os níveis de exploração para aqueles que trabalham. (ANTUNES e ALVES, 2004).

O desemprego, mesmo em países de capitalismo avançado, estava reservado a áreas de pobreza e de subdesenvolvimento, levando as pessoas por ele afetadas para o completo esquecimento e descaso, na medida em que não havia preocupações com as repercussões socioeconômicas desse fenômeno. No entanto, como resultado das transformações capitalistas, o problema do desemprego, segundo Mészáros (2002, p. 1005) não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos e cada vez mais raros empregos disponíveis.

Caminha (2012) ressalta que o desemprego e a precarização do trabalho presente no mundo atual “não é acidente de alguns, mas é condição forçada de uma expressiva parcela da sociedade que



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



no atual contexto do modo de produção se aprofundou”, ou seja, estar-se diante de novas manifestações da mesma questão social resultante da contradição das relações de capital e trabalho.

Ainda de acordo com Caminha (2012) pode-se dizer que ao se apropriar das novas tecnologias e utilizá-las com o auxílio do neoliberalismo na reestruturação produtiva, o capitalismo inseriu a sociedade numa lógica destrutiva, em que a produção de mercadorias passou a ser colocada acima de valores essenciais, como a igualdade, a solidariedade etc., a continuidade da lógica destrutiva, já é o próprio estado de bem-estar-social quem está sendo aos poucos desmontado, servindo para suprir o capital com novos mercados e mercadorias, advindas da privatização de serviços públicos indispensáveis como a saúde, a educação, a segurança, a previdência e a assistência.

Porém, segundo Marques e Torres (2004, p. 169) todos esses processos não atingiram os diferentes grupos da população com a mesma intensidade. Ainda de acordo com os mesmos autores, há variações na taxa de desemprego dependendo do local de moradia do indivíduo, tendo como exemplo a cidade de São Paulo é posto que a taxa de desemprego não atingiu a toda a população da mesma forma, existem diferenciações por gênero, cor, faixa etária e grau de instrução.

Existem variações na taxa de desemprego formal, na oferta de emprego formal e na remuneração dos trabalhadores conforme o local de moradia, mesmo quando controlamos os atributos sociais dos indivíduos. Isso implica que as pessoas moradoras de áreas mais pobres têm menores chances de estar empregadas não só porque residem em áreas com pequena oferta de emprego, como também porque estão inseridas em “comunidades” com baixo capital social, pode-se assim dizer. (MARQUES e TORRES, 2004, p. 192)

Assim, devido a importância do trabalho na vida das pessoas, como exposto acima, é indispensável pesquisar como se efetivou a proposta do PROSAMIM na vida dos moradores reassentados no Parque Residencial Manaus, uma vez que, uma das propostas do programa é melhorar as condições de trabalho das pessoas que residiam na sua área de abrangência.

A retirada das moradias no entorno de igarapés e a construção do Parque Residencial Manaus e de outros parques residenciais trouxeram uma visão esteticamente mais bonita e organizada para a cidade, contudo, isso nos leva aos seguintes questionamento: todas essas mudanças foram efetivadas de acordo com os princípios legais? As pessoas de baixa renda, particularmente as que moravam às margens dos igarapés de Manaus e que foram beneficiadas pelo Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) apresentam melhores condições de vida? Silva e Monteiro (2011, p. 02) corroboram com as nossas preocupações quando refletem que,

a produção de moradias para pessoas de baixa renda é um tema amplamente debatido e estudado, o que às vezes remete a sensação de que não há nada de novo a ser dito. No



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



entanto, as inadequações das soluções habitacionais implantadas recentemente demonstram que muito ainda necessita ser pensado tanto no âmbito das políticas públicas, como da produção acadêmica. (SILVA e MONTEIRO, 2011, p. 02)

É preciso averiguar se esse programa melhorou realmente as condições de vida das pessoas. Incontestavelmente, é importante pesquisar acerca das condições de trabalho dos moradores para que seja possível observar os problemas existentes referentes aos mesmos, uma vez que o trabalho é um dos indicadores indispensáveis de condições de vida, ou se em geral, como cita Oliveira (2003), neste processo, a cidade antes lócus da reprodução da vida em sua multiplicidade, como espaço por excelência do viver, do comer e do morar torna-se um *outdoor*, uma espécie de vitrine em movimento, produto do *marketing* imobiliário e do turismo, ou seja, se houve apenas uma política de maqueamento da cidade.

Nessa perspectiva é inserida a leitura acerca das condições de vida e trabalho a qual estavam expostos os moradores desses locais e como estão essas condições hoje, uma vez que os mesmos foram alocados no Parque Residencial Manaus. Pois, oferecer melhores condições de vida não é apenas retirar as pessoas do local em que moravam e reassenta-las em outro ambiente, é preciso oferecer o mínimo de estrutura, ou seja, atender as principais necessidades básicas.

5. Objetivos

Geral:

Analisar as condições de vida e trabalho dos moradores reassentados pelo PROSAMIM I e II no Parque Residencial Manaus.

Específicos:

- Conhecer as alterações no mundo do trabalho na cidade de Manaus;
- Identificar como se efetivou a proposta do Prosamim I e II no tocante ao trabalho;
- Desvelar os impactos ocasionados pelo PROSAMIM I e II nas condições de vida e trabalho dos moradores do Parque Residencial Manaus.

6. Metodologia

Nos procedimentos metodológicos utilizou-se de uma perspectiva crítico-analítica, com a articulação dos métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos, visto que as “diferentes maneiras



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente) permite uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema” (GOLDENBERG, 2001, p. 17), buscando as sucessivas aproximações para explicação do real. O processo de investigação contou com momentos simultâneos e inter-relacionados. A seguir estão as atividades realizadas:

- Levantamento do referencial teórico-metodológico relacionado à temática da pesquisa.
- Pesquisa documental, a fim de aprofundar o conhecimento sobre os assuntos abordados;
- Discussão e registro do material selecionado.
- Elaboração dos instrumentais de coleta de dados e/ou informações, de acordo com a modalidade de pesquisa quanti-qualitativa. No que se refere ao método qualitativo, foi priorizada a técnica de entrevista semiestruturada. A escolha dessa técnica baseia-se na concepção de que a entrevista é “uma conversação sistematizada que tem por objetivo obter, construir, recuperar e registrar as experiências e visões de mundo dos entrevistados. É uma situação na qual, por meio da linguagem, o entrevistado explica situações que fazem parte do seu cotidiano” (BENADIBA Y PLOTINSKY, 2001).
- Aplicação do pré-teste visando verificar sua adequação aos objetivos propostos.
- Realização de quinze entrevistas, que devidamente autorizadas, foram gravadas e posteriormente transcritas;
- Sistematização e análise dos dados e informações;
- Elaboração do relatório parcial.
- Elaboração do relatório final.

Os critérios de inclusão e exclusão utilizados para seleção dos indivíduos entrevistados foram:

Critérios de inclusão:

- Ser morador do Prosamim I - Parque Residencial Manaus vindo de área de igarapé;
- Faixa etária acima de 18 anos, independente de escolaridade;
- Aceitar a participar da pesquisa e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido.

Critérios de exclusão:

- Não ter sido morador/a de área de igarapé;
- Ter menos de 18 anos;
- A não aceitação dos moradores em participar da pesquisa de forma voluntária.



UFAM

7. Resultados e Discussão

7.1. Produção do espaço urbano em Manaus

O processo de urbanização está estritamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e ocorre de forma simultânea ao processo de consecução das transformações que marcam a trajetória desse sistema, desde a sua fase industrial, até a atual fase do capitalismo financeiro. Santos (2008) explica que a urbanização desenvolvida com o advento do capitalismo aparece na Europa como fato moderno logo depois da Revolução Industrial, mais recentemente, e paralelamente à modernização, ela se generaliza nos países subdesenvolvidos, por isso, costuma-se associar a ideia de urbanização à industrialização.

O processo de industrialização ocasionou muitas transformações na sociedade e de acordo com Lefebvre (2008), a industrialização caracteriza a sociedade moderna, e para apresentar e expor a “problemática urbana”, ela torna-se o ponto de partida. Para ele o processo de urbanização não resulta exclusivamente do processo de industrialização, pois a cidade preexiste à industrialização.

Segundo Lefebvre (2008) existe historicamente um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial, onde este processo dialético, longe de estar elucidado e terminado, provocou situações problemáticas. Houve um intenso crescimento populacional impulsionado pelo processo migratório, e o número de pessoas que passou a viver nas cidades foi sendo cada vez mais expressivo, ocasionando a transformação do espaço citadino, como ressaltam Silva e Macêdo (2009) ao afirmar que as cidades cresceram em virtude do aumento populacional, como consequência da migração de trabalhadores rurais para as áreas urbanas em busca de trabalho e melhores condições de vida. Esse processo migratório não pode ser visto apenas como responsável pelo aumento populacional, mas também como responsável pela mudança do papel e da estrutura das cidades.

De acordo com Sposito (2000), a cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo. Lefebvre (2008, p. 15) aprofundando a análise sobre essa temática afirma que

as velhas cidades são agora: mercados, fontes de capitais disponíveis, locais onde esses capitais são gerados (bancos), residência dos dirigentes econômicos e políticos, reservas de mão-de-obra (isto é, locais onde se pode substituir “o exército de reserva do proletariado”, como diz Marx, que pesa sobre os salários e permite o crescimento da mais-valia), e apesar disso a cidade, tal como a fábrica, permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço: ferramentas, matéria-prima, mão-de-obra.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Portanto, a urbanização gerou um impacto não apenas na estrutura das cidades, mas também nos costumes e modos de vida da sociedade. Negri (2010) afirma que uma vez humanizados, esses espaços refletirão na sua arquitetura e na sua organização o padrão de desenvolvimento da complexidade das relações sociais.

De acordo com Mesquita (2009), dialeticamente, a cidade gera as imagens que orientam o seu contínuo processo de construção. Para ele as cidades nascem e as instituições e tradições a constroem e definem seus espaços, que por sua vez, impregnam de significados as imagens, e estas representações visuais assumem um estatuto de bula, no sentido de orientar a construção da cidade idealizada. No caso de Manaus, o autor afirma que a ideia de cidade foi guiada pelo ideário da modernização capitalista, onde pode-se mencionar três acontecimentos que são primordiais para o entendimento da ocupação e expansão da cidade de Manaus. O primeiro deles, que marca a origem da cidade, foi a criação do Forte de São José da Barra do Rio Negro, em 1856, que impulsionou o seu povoamento inicial. Logo após, segundo Dias (2007) iniciou-se o ciclo da borracha, por volta de 1890 quando a cidade sofre o primeiro grande surto de urbanização.

Com o início do ciclo da borracha, Manaus adquire uma nova face, sofre mudanças tanto na sua aparência quanto no seu número populacional. Dias (2007) informa que se em 1852 a cidade de Manaus contava com uma população de 8.500 habitantes, em 1890 tem sua população ampliada para 50.300, sendo o processo migratório o principal responsável por este crescimento. Nesse período chegavam pessoas de diversas nacionalidades e os administradores públicos criavam cada vez mais propagandas para atrair atenção, e com a chegada dos imigrantes, expandiam-se cada vez mais as atividades comerciais (DIAS, 2007; MESQUITA, 2009). Fato este que impulsionou os administradores locais da época a adequar a cidade a uma perspectiva de modernização.

De acordo com Mesquita (2009), os problemas de infraestrutura ganharam importância no projeto de reformulação da imagem da cidade não somente por sua necessidade, mas, sobretudo, porque a sua solução se constituiria, convenientemente, num atrativo para o lugar. Dias (2007) e Mesquita (2009) concordam que foi feito um projeto para atrair investidores para a cidade, projetando uma imagem de cidade moderna e limpa com medidas de embelezamento e iniciativas para afastar do centro os menos favorecidos.

Conforme Mesquita (2009) esse conjunto de intervenções urbanas e arquitetônicas constituíram *La Belle Vitrine*, ou simplesmente a bela vitrine, a cidade de imagem embelezada e cujas inovações muitas vezes não passavam de artifícios que atraíam o interesse econômico para o espaço amazônico. Dias (2007) corrobora com essa visão e acrescenta que a cidade com uma nova aparência, feita aos moldes das sociedades europeias, não era privilégio de todos, apenas a classe



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

mais alta desfrutava da cidade moderna. Para esta autora houve uma divisão da cidade e os menos favorecidos foram afastados do centro e excluídos da modernização, uma vez que estes, não tinham acesso nem mesmo aos serviços básicos. Agravou-se a miséria e a desigualdade socioeconômica, surgiram as regulamentações e proibições no tocante à construção de habitações e foram criados os confinamentos como asilos, hospitais e albergues para os excluídos.

De acordo com Harvey (2008), pode-se dizer que a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos.

Manaus foi criada para atender apenas a classe que vinha para realizar negócios e devido a isso, o segmento pobre foi afastado da área central da cidade, visto que essa área era tida como lugar de negócios. Assim, as pessoas de baixa renda ficaram proibidas de permanecer no local de moradia anterior, que era mais próximo do lazer, do local de trabalho e das áreas de abastecimento e quem desobedecesse sofria punições. Segundo Dias (2007) nesse contexto começam a surgir os cortiços, construções sem nenhuma estrutura, sem condições de higiene, iluminação precária e alugados a altos preços para quem quisesse permanecer morando na área central. Manaus, assim como outras cidades brasileiras passou a vivenciar

a falta de coleta de lixo, de rede de água e esgoto, as ruas estreitas para a circulação, a poluição de toda ordem, moradias apertadas, falta de espaço para o lazer, enfim, insalubridade e feiura eram problemas urbanos, na medida em que se manifestavam de forma acentuada nas cidades, palco de transformações econômicas, sociais e políticas. [...]. Esta desordem não pôde perdurar por muito tempo, porque começou a incomodar até mesmo os mais ricos. As áreas residenciais ricas afastaram-se do centro à procura de áreas mais limpas, e as famílias de maior poder aquisitivo passaram a construir suas casas distanciadas da linha da rua (SPOSITO, 1989, p. 58-59).

Porém, Mesquita (2009) explicita que o apogeu da borracha foi passageiro, sementes da seringueira foram levadas para fora do Brasil e esse fato deu início à decadência da economia da borracha. Manaus, como explica o autor, havia sofrido um fluxo migratório das áreas de extração e os envolvidos não tinham condições financeiras de voltar aos seus locais de origem, o que fez aumentar os problemas habitacionais, pois foi aumentando o número de moradias precárias, construídas especialmente no curso dos igarapés.

Após esse ciclo, de acordo com Garrido (2011) surge a Zona Franca de Manaus – ZFM, com o objetivo de atrair investimentos externos e promover o desenvolvimento regional, período em que a capital voltou a experimentar um súbito crescimento demográfico de pessoas que vinham do interior do Estado, do Nordeste e outras regiões do país. A mesma autora informa que a cidade ganhou um comércio de importados e depois um polo industrial, onde até hoje se concentram inúmeras fábricas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



A cidade de Manaus, conforme Nascimento (2010), teve sua população quintuplicada entre 1970 e 2003, passando de mais de 300 mil para aproximadamente 2 milhões de habitantes. Becker (2004) apud Oliveira e Schor (2008, p. 06) cita que em 1970, a cidade de Manaus concentrava 32,7% da população do Estado, uma década depois, este número aumentou para 44,3% e em 2000, passou para 49,9%.

A propósito, da implantação da ZFM, pode-se afirmar que:

Os primeiros anos da implantação da ZFM foram de grande proveito para os setores comercial e industrial, o setor agropecuário, o turismo de compras cresceu, principalmente, entre os turistas nacionais. Desta forma, surgiram grandes supermercados, novas lojas, bancos comerciais e de investimentos, universidades públicas e particulares, o setor de serviços foi o que mais cresceu com as crises nacionais e internacionais, além do número de desempregados. Neste ínterim, já se evidenciava em Manaus, novas infraestruturas, equipamentos urbanos, e Manaus como uma cidade de consumo, e a favelização, a violência e a falta de recursos para investir na saúde, educação e moradia, se consumavam. (SUFRAMA, 2009).

Segundo Garrido (2011) a ausência sistemática de planejamento urbano, bem como a falta de controle relacionado ao crescimento da cidade ocasionaram sérios problemas ambientais, principalmente nas comunidades localizadas nas áreas de igarapés, onde se instalaram diversas famílias. Para ter uma moradia descente é necessário pagar por ela, o que se torna uma dificuldade para muitos indivíduos.

De acordo com Costa (2007, p. 02) “a moradia é uma necessidade básica do ser humano. O homem mora. Sua casa representa seu abrigo físico e seu lar, abrigo da intimidade, da vida em família, das memórias. Mas a necessidade de morar é uma necessidade que depende da terra, do espaço físico, para ser exercida”. Portanto,

proporcionar Habitação para a população urbana não significa somente possibilitar o acesso a unidades habitacionais, entendidas simplesmente como abrigos. A Habitação constitui um conjunto de elementos além da unidade propriamente dita, supondo a existência de infraestrutura urbana (redes de água e esgoto, iluminação pública, drenagem pluvial, pavimentação, redes de informação, etc.) e serviços urbanos (transporte, saúde, educação, coleta de lixo, lazer, cultura, etc.). Este conceito da “unidade + infraestrutura urbana + serviços urbanos” sempre esteve presente nas discussões sobre a produção habitacional, embora, nem sempre foram efetivadas. (BARON, 2011, p. 106).

É diante desse contexto que se percebe o desafio imposto ao poder público no que se refere às correções das desigualdades sociais, pois como diz Garrido (2011) o crescimento não conduz automaticamente à justiça social, sendo contraditório à cidadania no momento em que se percebe um número crescente de pessoas habitando áreas urbanas vivenciando problemas sócios ambientais, como por exemplo, a falta de saneamento, poluições atmosféricas, sonoras e das águas, o que torna o território a maior causa de desigualdade entre os homens, pois os que moram no entorno de igarapés são discriminados e não são considerados cidadãos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

No que tange a cidade de Manaus, as moradias irregulares são construídas no período de seca dos igarapés, quando essas áreas parecem mostrar segurança e passam a abrigar – em palafitas sem condições físicas e higiênicas adequadas - um número expressivo de famílias. Como os igarapés da cidade de Manaus sempre foram considerados sem valor imobiliário essas áreas passaram a ser densamente ocupadas e o Estado historicamente ignorou essa ocupação desordenada dos igarapés, que com o passar do tempo se tornou um dos principais problemas urbanos da cidade.

A propósito dos igarapés é importante salientar que desde a época da borracha eles passaram a representar um obstáculo para o avanço da cidade e deveriam ser aterrados, conforme pode ser evidenciado na citação que se segue:

O primeiro grande ciclo econômico vivido no Estado do Amazonas - o período da borracha - trouxe para Manaus a concepção de cidade da *Belle Époque*, onde os igarapés representavam um obstáculo ao avanço da cidade e, portanto, deveriam ser aterrados. No segundo grande ciclo econômico - a Zona Franca de Manaus - mais uma vez os igarapés tornaram-se um obstáculo, não mais por impor limites físicos à cidade, mas porque a sua ocupação destoava da imagem da cidade concebida pelo Poder Público. (AZEVEDO, 2008, p. 01).

Bentes (2005 apud Silva 2011) esclarece que a ocupação das áreas dos igarapés/canais e de terrenos públicos e particulares passou a constituir-se na única alternativa que a população pobre encontrou para a garantia do direito à cidade. Essas áreas passam a ser espaços de reprodução da pobreza, abrigando as camadas pobres da população, estando à margem do sistema legal de propriedade e da legislação urbana. Girelli (2009) afirma que muitos indivíduos optam por morar em áreas ilegais, pois é a única alternativa que encontram para possuir a casa própria, assim, o mercado informal de moradias cresce em números alarmantes, dando origem à segregação urbana que favorece a exclusão social, aumentando as desigualdades, dividindo cada vez mais as pessoas pelo espaço que elas ocupam.

Kowarick (2009) ressalta que o processo de construir a própria residência é longo e penoso, pois envolve um acentuado esforço físico e leva anos no processo de construção, e a esta pequena área construída, vão sendo agregados cômodos, conforme a disponibilidade financeira e as necessidades da família. É um processo que depende da capacidade de poupança da família e decorre do somatório de trabalho que for capaz de injetar na confecção de sua moradia. O autor explicita, ainda, que a opção pela casa própria ocorre em um quadro de alternativas habitacionais bastante estreitas, uma vez que, as favelas, cortiços ou o aluguel de uma casa nas periferias talvez sejam as únicas oportunidades de moradia para os que ganham até poucos salários por mês. Kowarick (2009, p.170) atesta ainda que

há ainda a questão das doenças ou dos acidentes de trabalho e trânsito, ou o desemprego, acontecimentos que imobilizam a continuidade do pagamento do aluguel. Neste sentido, a



casa própria é um abrigo que defende as pessoas contra intempéries que sobre elas podem desabar e tende a conformar uma modalidade de vida que possa trazer maior proteção às precárias condições de existência da maioria que aciona as engrenagens produtivas. Trata-se, sem dúvida, de uma estratégia penosa, mas que, em face das outras, pode trazer vantagens comparativas.

A falta de alternativa habitacional, gerada principalmente pelo intenso processo de urbanização e baixa renda levou inúmeras famílias a viver em assentamentos precários e informais.

Segundo Santos Júnior (2000) a expansão urbana em Manaus está associada à crise econômica instalada no final da década de 80, que gerou a diminuição de empregos nas indústrias da Zona Franca, e vem, constantemente, aumentando o número de “áreas de risco” na capital. Na cidade grande parte das moradias inadequadas estão localizadas em áreas próximas a igarapés, como já mencionado. A ocupação inadequada nas margens dos corpos hídricos favorece a instalação de processos erosivos que colocam em risco a integridade física dos habitantes destas áreas e propiciam alterações no regime de escoamento da água, culminando com a geração de áreas alagadas, que agravam as condições ambientais e sociais.

Para Nogueira (2002) as populações pobres, essencialmente aquelas vivem em assentamento subnormais¹, convivem diretamente com probabilidade de serem atingidos por desastres naturais que acabam afetando o cotidiano bem como a capacidade de reconstrução decorrente dos acidentes, atingindo completamente a sociedade. Enfatiza ainda que nestes casos a reconstrução se torna ainda mais difícil, pois a maioria dessas pessoas dispõe de poucos recursos financeiros além de estarem abalados e receosos de que o acidente ocorra novamente.

7.1.1. Projetos de intervenção dos igarapés de Manaus: O caso do PROSAMIM.

Para justificar a criação do programa PROSAMIM o Governo do Estado alega que a ocupação desordenada dos igarapés representa um dos principais problemas na área urbana de Manaus. Segundo Azevedo (2008) este programa tem como público-alvo indivíduos que têm em comum o mesmo histórico de vida em relação às condições anteriores de moradia e que eram inseridos em um espaço ambiental degradado que comprometia a qualidade de vida. Eis como esse programa é enunciado:

Historicamente vem se buscando a solução deste problema e se processando principalmente ações emergenciais e mitigadoras, porém sem solução em longo prazo. Em 2003 o Governo

¹ Segundo o IBGE (2006), assentamentos subnormais são unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e por pelo menos uma dessas características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



do Estado do Amazonas passa a estruturar uma política fundiária para a cidade no sentido de conter as invasões e o crescimento do número de novas moradias às margens dos igarapés. As duas principais bacias da cidade da cidade passam a serem tratadas com prioridade sendo que é escolhida a Bacia dos Educandos, por reunir um maior contingente populacional ribeirinho em área de risco e os maiores índices de doenças de veiculação hídrica, dentre outros indicadores socioambientais. O Governo do Estado do Amazonas pretende abordar a problemática existente de forma integrada a partir da implantação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM. (RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL, 2004)

O referido programa do Governo do Estado do Amazonas também está articulado a Órgãos Estaduais, Órgãos municipais, Sociedade Civil Organizada, Órgãos Federais, Caixa Econômica Federal e ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Para intervir frente ao problema das moradias irregulares construídas às margens dos igarapés.

O governo estadual contraiu empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implementação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), abaixo detalhado.

Este grande projeto de intervenção para as áreas de igarapés da cidade está orçado no valor de US\$: 200 milhões, sendo 70% financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o restante, 30% custeados com recursos do Governo do Estado podendo recorrer ao setor privado, a ser executado em 8 anos, sendo que, a sua primeira fase, objeto da nossa pesquisa, com duração de 4 anos se concentra na Bacia Hidrográfica Urbana do Quarenta-Educandos, na área central da cidade e “corta” dois bairros consolidados com o início do processo de ocupação do século XIX, o de Cachoeirinha e o de Educandos. (ALVES et al, 2008, p. 02).

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (2012) o objetivo geral do Programa PROSAMIM é contribuir para resolver os problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade de Manaus, em particular os moradores das microbacias dos igarapés Educandos/Quarenta e São Raimundo, proporcionando melhores condições de qualidade de vida da população residente na área de abrangência do Programa, no entorno urbano e conseqüentemente na cidade de Manaus. E os objetivos específicos compreendem,

a elaboração e execução de projetos envolvendo as áreas de Participação Comunitária; Engenharia; Sócio Econômica (viabilidade); Fortalecimento Institucional; Habitação; Saneamento Básico e outros aspectos. Dentre os múltiplos objetivos específicos que podem ser enumerados para a terceira fase do Programa, destacam-se os seguintes:

- a) Melhoria das condições ambientais e de saúde na área de intervenção através da reabilitação e/ou implantação dos sistemas de drenagem, abastecimento de água potável, coleta e disposição final de lixo e águas servidas;
- b) Melhoria das condições de moradia da população que vive na área objeto do Programa, mediante o ordenamento urbano, regularização da posse do solo, soluções habitacionais adequadas, implantação de áreas de lazer e educação sanitária e ambiental da população; e
- c) c) Aumento da capacidade operacional e de participação comunitária no processo decisório. (RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL, 2012).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

Azevedo (2008) ressalta que o PROSAMIM consiste em uma proposta de urbanização através da “revitalização”, que integra a promoção do saneamento, desassoreamento e utilização racional do uso do solo às margens dos igarapés, associada tanto à manutenção do desenvolvimento socialmente integrado quanto ao crescimento econômico ambientalmente sustentável. O tema revitalização urbana, como concebe Carlos (2007) aponta um modo de pensar praticamente a cidade, isto é, a cidade enquanto prática sócio espacial, o que coloca desafios, como os expressados abaixo:

As marcas do rápido processo de transformação que vivemos atualmente, em meio a constituição do processo de mundialização da sociedade, estão impressas tanto na paisagem, como na consciência. A efemeridade das formas, produto das metamorfoses urbanas, faz da cidade uma recriação constante e a constituição da mundialidade, por sua vez, com seus novos padrões culturais, invade a vida cotidiana recriando, constantemente, novos valores, novos signos, novos comportamentos, enquanto destroem símbolos, transformam os modos de uso do espaço, mudam as relações entre os cidadãos e destes com a cidade. O processo de reprodução do espaço, a partir do processo de reprodução da sociedade, se realiza produzindo novas contradições suscitadas pela extensão do capitalismo. (CARLOS, 2007, p. 87).

Segundo a autora, revitalizar os igarapés, entre outras coisas, significa retirar as pessoas que moram às margens ou sobre eles, removendo-as para outros lugares, como se a presença das pessoas nesses lugares representasse por si só uma situação de degradação ambiental, assim como o lixo que se acumula nos leitos dos igarapés.

No mesmo sentido evidencia Azevedo (2008, p. 15), quando afirma que

a concepção de “revitalização” está no sentido de criar um novo conteúdo para as áreas dos igarapés. Um conteúdo que reflita a concepção da pós-modernidade em relação à natureza, ou seja, a de que a natureza deve ser transformada para ser melhor controlada, mesmo reconhecendo nela um valor. Nesse novo conteúdo não há espaço, como antes também não tinha, para a presença das populações atuais, geralmente consideradas culpadas pela poluição dos igarapés.

Para Nascimento (2010), as áreas selecionadas para a intervenção do PROSAMIM são caracterizadas por dois espaços ambientais distintos: um determinado pela ocupação irregular por populações de baixa renda e pelas condições de degradação ambiental, habitacional, urbana e socioeconômica que definem um quadro de exclusão em relação à “cidade regular”; e a outra determinada pelos espaços onde as comunidades serão transferidas em função de processos de reassentamentos para unidades habitacionais dispostas de forma organizadas em espaços especialmente desenhados.

O programa está estruturado em três grandes áreas de acordo com a proposta do Governo do estado do Amazonas:

I. Infraestrutura sanitária: com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições sanitárias, reduzindo a incidência de enfermidades de veiculação hídrica.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



II. Recuperação ambiental: com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições ambientais e habitacionais, mediante saneamento e recuperação das áreas inundáveis durante as épocas de chuvas e cheias do Rio Negro.

III. Sustentabilidade social institucional: com o objetivo de favorecer a capacidade operativa e de gestão dos órgãos envolvidos no programa, mediante o estabelecimento das condições necessárias para a sua sustentação e expansão futura para outras áreas da cidade.

Dados da UGPI (2010) informam que os componentes do referido programa estão legitimados sobre quatro aspectos: (1) Social: saúde, habitação, geração de renda e educação; (2) Ambiental: saneamento básico, recuperação de áreas degradada se recuperação de Igarapés; (3) Engenharia: construção de habitações, parques urbanos, sistemas de drenagem e esgoto recuperação de patrimônio; (4) Institucional: fortalecimento de instituições para sustentabilidade do programa e aspectos legais.

Para alcançar os propósitos do programa foram previstas as seguintes obras:

- Terraplanagem e Pavimentação das Vias Marginais dos Igarapés;
- Macrodrenagem dos Igarapés: Galerias Celulares e Tubulares em Canal a “Céu aberto”;
- Construção de Unidades Habitacionais;
- Implantação de projetos de Urbanização.

A propósito dessas obras Garrido (2011) salienta que as famílias que seriam reassentadas ou redirecionadas para outras áreas da cidade, diferentes da antiga área do entorno dos igarapés, poderiam usufruir de condições habitacionais e sociais mais dignas que as anteriores. O programa proporcionou melhores condições habitacionais, mas será que todos os objetivos do programa foram cumpridos? Parece que não, pelo menos é esta a visão de Azevedo (2008, p.17), que assim comenta:

O discurso governamental assegura que o programa é para melhorar a vida das pessoas que moram nos igarapés. A realidade mostra que tal discurso só serviu como justificativa para receber vultuosos investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Em nome dessa suposta promoção do direito à saúde, a meio ambiente ecologicamente equilibrado e de uma cidade sustentável, outros direitos fundamentais são relegados à segunda categoria. Direitos à dignidade, à inviolabilidade do lar, de organização, de participação, entre outros, são totalmente esquecidos pelo Governo do Estado e seus funcionários públicos. Até mesmo os direitos que são usados como justificativa para a criação do PROSAMIM são desconsiderados.

A habitação é um direito básico. Esta visão é corroborada por Santos (2009) quando ele afirma que a habitação é uma necessidade humana básica e consiste na ocupação de um espaço que dê oportunidade para satisfação de outras necessidades. E quando se pensa no assunto é preciso



considerar todos os fatores que levam o indivíduo a ter uma moradia digna, pois a habitação abrange um conjunto de elementos necessários para subsistência do ser humano. Bessa (2000) diz ainda que o direito à moradia pode ser definido como o direito a uma habitação digna, com dimensões adequadas, que garanta a seus moradores privacidade, tranquilidade e salubridade, bem como o acesso ao transporte, aos locais de trabalho e de lazer, aos equipamentos urbanos e comunitários e aos serviços públicos, de acordo com as necessidades e os interesses da população. Rangel e Silva (2009, p.02) citam que o direito à moradia é um dos núcleos que possibilita a consecução da dignidade da pessoa humana, razão pela qual deve ser implementado em todos os níveis.

O programa PROSAMIM foi responsável pela construção de 5 (cinco) Parques Residenciais: Parque Residencial Senador Jefferson Péres, Parque Residencial Igarapé da Cachoeirinha, Parque Residencial Mestre Chico, Parque Residencial Professor Gilberto Mestrinho e Parque Residencial Manaus. Sendo este último, o lócus dessa pesquisa.

7.1.2. O Parque Residencial Manaus

O Parque Residencial Manaus localiza-se onde antes se tinha parte do Igarapé Manaus. Segundo Gilhon (2011) o Igarapé que guarda o nome da cidade é denominado assim por ter sido, durante muitos anos, o divisor de limites da região urbana de Manaus.

Antes de serem alocados no parque, os habitantes residiam em área de Igarapé. Lemos (2010, p. 34) coloca que antes das intervenções a área hoje denominada Parque Residencial Manaus era chamada de “Buraco do Pinto”, por se caracterizar pela grande quantidade de lama depositada sob as residências construídas.

Eram moradias sem infraestrutura, com forte odor de dejetos emitidos por esgotos a céu aberto. As vias de acesso se davam por rústicas passarelas de madeiras construídas pelos próprios moradores para circularem aos vários pontos da localidade a pé, uma vez que não era possível o acesso de veículos. (LEMOS, 2010, p. 34)

A mesma autora salienta, com base em dados da UGPI (Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus), que o projeto urbanístico para o Igarapé de Manaus teve como objetivo a requalificação de sua ocupação, criação de áreas de lazer e de parques, e solucionar problemas de circulação viária das ruas adjacentes ao Igarapé.

Segundo Gilhon (2011, p. 144) a 1ª etapa de execução das unidades habitacionais na área do Igarapé Manaus, ocorreu no trecho da Rua Ipixuna e a rua Ramos Ferreira, com o Igarapé aterrado em galeria, foi construído no solo criado, 567 unidades habitacionais, perfazendo 91.220,74m², entregues em outubro de 2007 à população. No ano seguinte, as etapas estavam prontas e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

novas famílias receberam mais 252 unidades habitacionais, somando 819 moradias sobrepostas no Parque Residencial Manaus. Os dados do RIMA (2004) informam que cada unidade habitacional possui uma área útil de 54m², divididos em sala, 2 quartos, copa e cozinha, área de serviço e banheiro.

Na área do PROSAMIM I, localizada na Bacia de Educandos o número aproximado de habitantes é 342.167 mil; número este que representa 24% da população da cidade de Manaus. Os moradores estão distribuídos nos bairros Armando Mendes, Betânia, Cachoeirinha, Centro, Colônia Oliveira Machado, Crespo, Distrito Industrial I e II, Educandos, Japiim, Morro da Liberdade, Petrópolis, Praça 14 de Janeiro, Raiz, Santa Luzia, São Francisco, São Lázaro e Zumbi dos Palmares (RIMA, 2004).

O PROSAMIM II, área da Bacia do Quarenta, localiza-se na porção sudeste da cidade, abrange parte do Centro e os Bairros Praça 14 de Janeiro, Cachoeirinha, São Francisco, Petrópolis, Raiz, Japim, Coroadó, Educandos, Colônia Oliveira Machado, Santa Luzia, Morro da Liberdade, São Lázaro, Betânia, Crespo, Armando Mendes, Zumbi dos Palmares, e 80% da área do Distrito Industrial de Manaus. A população total da bacia (sujeitas às consequências dos transbordamentos e enchentes do Rio Negro) é de cerca de 580.000 habitantes, dos quais cerca de 102.400 constituem a população ribeirinha e cerca de 35.800 pessoas residem abaixo da cota 30,00 m, portanto, estão na área direta de abrangência do programa (www.prosamim.gov.br).

Os moradores removidos pelo PROSAMIM e reassentados no Parque Residencial Manaus são aqueles que eram donos imóveis na área de abrangência do programa, e optaram pelo apartamento como a solução para que os mesmos deixassem as áreas de igarapé na qual moravam.

Foram entrevistados quinze moradores do Parque Residencial Manaus através da técnica de entrevista semiestruturada, na modalidade de entrevista qualitativa, acompanhada de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Como resultado pôde-se conhecer as condições de vida e trabalho desses moradores, e as alterações no mundo do trabalho na cidade de Manaus.

De acordo com informações obtidas pelo RIMA (2004, p. 39) na área do PROSAMIM 75% dos habitantes são oriundos do Estado do Amazonas. O RIMA (2004) informa que na área de intervenção direta do programa 48% da população é do sexo masculino e 52% feminino, sendo estas últimas as que ocupam de forma predominante o papel de chefes de família, com um percentual de 68%. Dos moradores entrevistados, cinco são do gênero masculino e dez do gênero feminino, com idades entre 34 e 59 anos.. No que tange à faixa etária pode-se destacar ainda que:

- i) os grupos em idade produtiva apresentam-se em quantidade acentuada; ii) o índice da faixa considerada de dependência – idosos acima de 65 anos representa 8,39% do total populacional, o que vem a ser um percentual bastante significativo. As mulheres são



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



maioria em quase todas as faixas etárias da pesquisa, exceção das quatro escalas a seguir: 5 aos 9 anos, 10 a 14 anos, 30 a 34 anos e 36 a 39 anos. Nas outras 12 faixas da pesquisa há predominância de mulheres. Nas faixas etárias dos 60 anos e até 80 anos há uma significativa predominância de pessoas do sexo feminino – 7,0% em relação ao universo masculino de 5,2%; o que representa uma diferença de 34,65 pró-mulheres (RIMA, 2004, p. 43).

Ainda segundo o RIMA (2004) pode-se perceber que grande parte das casas, mais precisamente 86,4%, abriga uma família constituindo-se de casas unifamiliares, seguidos de 11,8% dos domicílios que abrigam duas famílias e 1,8% de domicílios que têm três ou mais famílias em um mesmo habitat, constituindo assim casas multifamiliares. As famílias são constituídas por 2 a 7 pessoas por domicílio.

Dados sobre a escolarização dos indivíduos da área de abrangência do programa, ainda de acordo com o RIMA (2004) é que

a grande maioria das pessoas concentram-se nos grupos de 4a 7anos de estudo e no de 11a14 anos de estudos, tendo, por conseguinte concluído o ensino fundamental e o ensino médio (...) Cerca de 92% das crianças de 5-9 anos estão frequentando a escola nas séries correspondentes a sua faixa etária. Na faixa de 10 – 14anos temos 100% das crianças frequentando a escola, dessas 61% estão nas séries correspondente a sua faixa etária, sendo que 37,9% estão desperiodizados, estando frequentando séries inferiores as correspondentes a essa faixa etária. Na faixa etária de 15 a 19 anos 99% estão na escola, sendo que 61,7% estão desperiodizados e somente 37,8% estão frequentando ou concluíram a série correspondente (...) Na área, 1,32% dos adultos declararam somente saber ler. Quanto aos analfabetos temos que 2,4% é analfabeta. Quanto ao acesso ao ensino superior temos este grau como privilégio de uma minoria, pois se constata que somente 0,78% da população da área frequentam o ensino superior (RIMA, 2004, p. 50).

A mudança trouxe impactos para a vida das pessoas que já residiam há bastante tempo no local de moradia anterior e já haviam construído relações sociais, que foram deixadas de lado pois, os alguns dos entrevistados afirmam que não continuam morando próximo aos vizinhos anteriores. Contudo, ao responderem sobre as vantagens e desvantagens da mudança, os entrevistados relatam que não houve muita diferença, pois continuam morando na mesma área que moravam antes, área central, que dispõe de mais serviços que qualquer outra área da cidade, como afirma um dos entrevistados:

A vantagem aqui do centro é que tem tudo. Aqui tem tudo, tem supermercado. Aqui tem vários hospitais aqui perto. Entendeu? É posto de saúde, é feira, é tudo perto. Você não depende de ônibus pra [sic] nada. A vantagem aqui do centro é essa. (ENTREVISTADO N° 01, 2015)

Para os entrevistados, a mudança não afetou negativamente as suas formas de vida. Todos afirmam que só melhorou, apesar de haver algumas desvantagens, como por exemplo, a falta de segurança relacionada ao tráfico de drogas na área. Alguns moradores, relatam que vivem com medo, pois o problema de drogas e violência é explícito e não há nada que eles possam fazer, apenas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



fingir que não estão vendo por medo das consequências, como esclarecem dois de nossos entrevistados:

A vantagem é que a gente tá num ambiente melhor, mais arborizado [sic], evitando aquele mal cheiro dos igarapé [sic], mas a desvantagem é que a gente vê explicitamente o problema das drogas, o problema do apoio social, tudo ficou explícito assim, bem descarado, coisas que a gente não via que era mais camuflado e hoje é mais descarado, então piorou nessas partes assim, mas o ambiente é muito bom. Tinha lá [na moradia anterior], mas era feito mais assim (...) camuflado. Aqui é explícito, aqui é explícito, todo mundo vê, vê o morador, vê a criança, vê todo mundo [Todos vêm o tráfico e uso de drogas]. (ENTREVISTADO Nº 10, 2015)

Droga!!! Muita droga, muita droga, muita, muita, muita. O maior problema é droga e a polícia só passa pra pegar o dinheiro dos cara [sic]. Mas quando é necessário, eles não passam. Tem vezes que passa o dia todinho, só a noite que eles vem quando os cara “tão trabalhando” pra pegar o dinheiro dos cara [sic]. (ENTREVISTADO Nº 08, 2015)

A respeito das drogas, Zaluar (2007) concebe que este é um dos principais problemas mundiais de hoje, sobretudo a incapacidade de controlar o seu uso e a sua circulação, feita com uma logística que impressiona pela sua eficácia.

Outro problema que os entrevistados mencionam são os absurdos valores cobrados nas taxas de fornecimento de água. Muitos deles não estavam acostumados com essa despesa, pois na moradia anterior, pagavam apenas uma taxa mínima ou nem mesmo pagavam essas contas. Dizem:

Não to [sic] satisfeito com o complemento de todo o projeto, não tô [sic] satisfeito não, porque tem muita coisa assim por fazer, a dívida dessa água é absurda a gente já protestou e ninguém, e ninguém ouve a gente, ninguém escuta a gente, fazem de conta que não tá acontecendo nada e isso tá acontecendo, é um absurdo o valor da água daqui. (...). Referente ao problema da água, tem gente devendo 25 quase 30 mil (reais) de água, tem gente devendo 20 mil de água, como pagar tudo isso? Então é difícil. (ENTREVISTADO 10, 2015)

Eu pagava [a conta de água] mas a gente pagava um (...) uma taxa, um valor mínimo, esse daqui a gente paga um absurdo a água e ainda tem mais 100% sobre o esgoto e não tem o tratamento. (ENTREVISTADO 11, 2015)

Dentre as vantagens do programa em foco, os entrevistados citam o fato de terem deixado a área de igarapé. Esta vantagem é relacionada ao problema das alagações, como pode ser notada nas transcrições que se seguem:

A moradia era tranquila, o problema era esse, quando chovia, alagava. Mudou muito. A gente morava no igarapé. Até hoje, tu vê? Quando chove, tem vários alagamentos. Quando a gente morava no igarapé, chovia, alagava tudo por causa do lixo. (ENTREVISTADO Nº 01, 2015)

É, como eu te falei, antes a gente vivia com medo, porque alagava. Fora que a gente não podia leva uma visita lá, por causa do cheiro, fedia muito! Eu tinha um namoradinho na época, e a gente quando é mocinha tem vergonha de tudo né? Não podia levar ninguém lá. Tinha que namorar escondido pra não levar ninguém lá e mostrar aonde eu morava. E hoje em dia é ótimo, a gente tem espaço, as crianças podem sentar e brincar sem ter contato com o lixo, sem ter risco de cair, de ter contato com o igarapé, é muito bom. Mudou tudo, até a saúde da pessoa porque lá era dentro do igarapé (sic), todo tempo úmido, com aquele mau cheiro, adoecia mais, e hoje em dia não. (ENTREVISTADO Nº 02, 2015).



Com base em Garrido (2011) pode-se afirmar que as moradias às margens dos igarapés de Manaus são construídas de forma totalmente inadequada e muitas são multifamiliares; a iluminação é precária, feita através de ligações clandestinas; e as vias de locomoção são construídas pelos próprios moradores, com estruturas perigosas e precárias.

Silva (2011, p. 33) atesta que no Estado do Amazonas, os problemas sociais que surgem advêm do processo de expropriação no campo e de precarização das condições de vida e de trabalho nas cidades, marcadas pelo crescimento da miséria, decorrentes do processo de acumulação do capital de forma globalizada, que avança por toda a região e, especificamente na Amazônia, vem desvincular todo um modo de vida.

7.2. Alterações no mundo do trabalho na cidade de Manaus

A sociedade presenciou nas últimas décadas fortes transformações no mundo do trabalho desde a crise estrutural do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Antunes (2005) pontua que nos últimos anos, como resposta à crise dos anos 70 as transformações no processo produtivo intensificam-se, devido ao avanço tecnológico. No âmbito dessas transformações no mundo do trabalho os sindicatos foram acudados pela ofensiva neoliberal, pela desestruturação do mundo do trabalho e pela destruição de suas bases em razão do desemprego e da terceirização, perderam assim seu vínculo com o horizonte de classe e deixaram-se levar, sob a pressão das circunstâncias, pela fragmentação da classe.

Alves (2009) e Antunes (2015) concordam que esse mesmo processo se verificou no Brasil no decorrer da década de 1990. Neri et al. (2000, p.04) explica que essas mudanças estruturais resultaram em efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia. Proni e Henrique (2003), Antunes (2015) e Ataíde (2012) coincidem em suas análises de que todas as mudanças que ocorreram nos últimos trinta anos, na sociedade brasileira, causaram significativas repercussões no mundo do trabalho. Este último autor, por exemplo, concebe que no Brasil,

as principais mudanças ocorreram a partir dos anos de 90 (séc. XX), com a participação do neoliberalismo. Os efeitos da crise provocaram efeito contundente no conteúdo social das áreas urbanas, nos processos de produção, reprodução e gestão da força de trabalho. Alguns desses problemas que se acentuam na contemporaneidade são a falta de emprego formal, a queda nos salários e a precarização das relações de trabalho. (ATAÍDE, 2012, p. 341).

O renascimento das propostas neoliberais tem resultado no desemprego massivo, corte dos gastos sociais, acompanhado de uma legislação anti-sindical e em um amplo programa de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



privatização dos órgãos do Estado. Ataíde (2012, p. 341) evidencia que há, dessa forma, uma fragilização na organização dos trabalhadores, como consequência da flexibilização das relações de trabalho, que forçam a perda das conquistas sociais por parte dos trabalhadores ainda incluídos no sistema produtivo. O mesmo autor afirma também que a precarização, como uma das consequências da flexibilização e desregulamentação do trabalho, se manifesta de forma acentuada quando as condições de trabalho pioram significativamente. Nos termos do autor,

no contexto histórico da política neoliberal, as desigualdades sociais acentuam-se e se aprofundam, ampliando a todo momento o desemprego e quebrando o poder dos sindicatos. O neoliberalismo, como responsável pelo acelerado processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, aumenta a competitividade e desarticula todo o processo de luta da classe trabalhadora, fragilizando ainda mais as lutas sindicais e a insegurança generalizada. (ATAÍDE, 2012, p. 441).

Para Antunes e Alves (2004) o que se vê hoje no contexto societário é a fragmentação e heterogeneização do mundo do trabalho e, por conseguinte, dos trabalhadores. As transformações que afetam atualmente os processos de trabalho e as relações de produção modificam as condições materiais do trabalho e de vida do proletariado, sua composição profissional ou política e sua consciência de classe, fato que ocorre mundialmente.

Há um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica social voltada prioritariamente à produção de mercadorias e a valorização do capital. Para Antunes (2011, p. 406):

No que concerne mais diretamente ao trabalho, é também evidente que as formas atuais de valorização do valor trazem embutidos novos modos de geração da mais valia (quer sob a forma absoluta), ao mesmo tempo em que expulsa da produção uma infinidade de trabalhos que se tornam sobrantes, descartáveis e cuja função passa a ser a de expandir o bolsão de desempregados, deprimindo ainda mais a remuneração da força de trabalho em amplitude global, pela via da retração do valor necessário à sobrevivência dos trabalhadores e das trabalhadoras

O desemprego se constitui em um importante problema estrutural em todo o mundo. A condição de desemprego é caracterizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2010), como uma situação involuntária causada pela falta de emprego, ou pelo exercício de atividades “irregulares” e precárias. Para Telles (2001) o desemprego é uma questão paradigmática, pois sem direitos que garantam a identidade e o estatuto do trabalhador, o rompimento do vínculo de trabalho pode significar uma situação que joga o trabalhador na condição genérica e indiferenciada do não-trabalho.

Ataíde (2012) salienta que atualmente os processos de globalização, a robotização da produção, os avanços tecnológicos, a recessão e o desemprego produzem efeitos desastrosos às



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



nações mais pobres, e esses efeitos impõem à sociedade brasileira e ao seu contexto social a realidade do trabalho precário, da economia informal e do subemprego crônico. Correa e Lopes (2009), por sua vez, relatam que as pessoas desempregadas saem em busca de uma forma de sobrevivência ou sustento de suas famílias e são obrigadas a procurar estratégias de sobrevivência para possuírem alguma renda. Assim o mercado de trabalho informal se tornou uma alternativa de sobrevivência e/ou complemento de renda para essas famílias que têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, bem como daquelas que estão inseridas, mas que recebem baixos salários.

O mercado de trabalho pode ser dividido em formal e informal. Para Cacciamalli (1983), Chahad (1988) e Mattoso (1999) o mercado de trabalho formal é aquele que atende as relações contratuais de trabalho, em grande parte, determinadas pelas forças de mercado e regulada por legislação específica, mas também pode ser considerado a partir do conjunto de trabalhadores que possui contrato jurídico, trabalham no setor público, os profissionais liberais, os trabalhadores vinculados com a Previdência Social, os protegidos pelo seguro desemprego e os que possuem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Já sobre o trabalho informal Correa e Lopes (2009) concebem que é difícil encontrar um conceito exato, dada à variedade de definições utilizadas nos trabalhos existentes. Contudo entendem que o trabalho informal pode ser definido como aquele em que prevalece o mínimo de intervenção do governo, não há o cumprimento de leis ou regras, especialmente as legislações fiscais e trabalhistas, não há contratos registrados junto à seguridade social e nem tempo de duração, ou seja não são definidos de forma clara itens básicos como função, horas trabalhadas, descanso semanal remunerado, entre outros.

Contudo, o fenômeno do trabalho informal é o que mais chama a atenção devido ao seu crescimento nas últimas décadas. Segundo Antunes (2011) existem atualmente diversos e distintos modos de informalidade, dentre eles, destacam-se os trabalhos terceirizados, o cooperativismo, o empreendedorismo, o trabalho voluntário e etc. Antunes (2011, p. 407) afirma que:

Trata-se de uma destrutividade que se expressa intensamente quando descarta, tornando ainda mais supérflua, parcela significativa da força mundial de trabalho, onde milhões encontram-se realizando trabalhos parciais, precarizados, na informalidade ou desempregados. Isso porque na eliminação/utilização dos resíduos da produção, o capital desemprega cada vez mais trabalho estável, substituindo-os por trabalhos precarizados, que se encontram em enorme expansão no mundo agrário, industrial e de serviços, bem como nas múltiplas interconexões existentes entre eles, como na agroindústria, nos serviços industriais ou na indústria de serviços. Eclusão generalizada do desemprego estrutural em escala transnacional é a expressão-limite mais aguda e trágica dessa destrutividade presente no Mundo do trabalho.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Para Rodrigues (2007) o grande número de pessoas que entra na informalidade se dá prioritariamente por uma razão: a pressão do desemprego. Correa e Lopes (2009) afirmam que o mercado de trabalho informal se tornou uma alternativa de sobrevivência e complemento de renda para aqueles que têm dificuldade em inserir-se no mercado formal, seja por causa da idade, sexo, habilidade, condições físicas ou pela redução de custos das empresas. Os mesmos autores explicam que essa é a situação, por exemplo, de trabalhadores que tem trajetórias assalariadas no mercado formal e lançam mão do trabalho informal como alternativa ao desemprego prolongado, desenvolvendo atividades que, por mais permanentes e constantes que venham a se tornar, não são consideradas como trabalho.

Segundo Antunes (2011), uma primeira modalidade de informalidade remete à figura dos trabalhadores informais tradicionais, inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Antunes (2011, p. 408) corrobora que, uma fenomenologia preliminar dos modos de ser da informalidade demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado.

De acordo com Ulyseia (2006 apud CORREA e LOPES, 2009) no Brasil, o fato de a legislação exigir que trabalhadores assalariados possuam uma carteira de trabalho assinada, acaba gerando a associação da falta de um registro em carteira ao mercado informal. Isso faz com que vários autores chamem de informal os trabalhadores sem carteira registrada, os que não contribuem para a previdência social e os que trabalham por conta própria.

Sabadini e Nakatani (2002), explicam que normalmente os trabalhadores informais vivem em condições precárias, sem acesso aos vários benefícios que os trabalhadores formais têm direito através da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, incluindo aqueles previstos em caso de demissão e que isso gera muita insegurança e faz com que os trabalhadores informais se sintam obrigados a aceitar qualquer tipo de proposta de emprego.

Antunes (2011, p. 408) afirma ainda que estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc.

O exemplo das cooperativas talvez seja ainda mais esclarecedor. Em sua origem, elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego, o fechamento das fábricas, o despotismo do trabalho etc; como tantas vezes Marx indicou. Hoje, entretanto, contrariamente a essa autêntica motivação original, os capitais criam falsas cooperativas como instrumental importante para depauperar ainda mais as condições de remuneração da



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



força de trabalho e aumentar os níveis de exploração da força de trabalho, fazendo erodir ainda mais os direitos trabalhistas. As “cooperativas” patronais tornam-se, então, contemporaneamente, verdadeiros empreendimentos visando aumentar ainda mais a exploração da força de trabalho e a consequente precarização da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2011, p. 411)

A exemplo do cooperativismo pode-se citar também o empreendedorismo, muito citado atualmente como uma alternativa de fuga ao desemprego. Contudo, como corrobora Antunes (2011), o empreendedorismo cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa. Segundo o mesmo autor, é nesse quadro, caracterizado por um processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, em amplitude ainda maior, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho.

E flexibilizar essa legislação social significa — não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso — aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobre trabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro. (ANTUNES, 2011, p. 411)

Correa e Lopes (2009) entendem que por mais que sejam visíveis as consequências do trabalho informal, este é uma alternativa imediata para as famílias de baixa renda, que vivem diariamente assoladas pela desigualdade social, pelas expressões da questão social e, sobretudo, as que sofrem severamente as consequências do sistema capitalista. Este setor abarca um grande quantitativo de trabalhadores desde a década de 1980 e esse número tende a aumentar ainda mais, uma vez que o desemprego é um fenômeno decorrente do próprio sistema capitalista.

A classe trabalhadora atual não é idêntica àquela existente em meados do século passado. Hoje ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive do-trabalho, nos termos de Antunes e que são despossuídos dos meios de produção. Antunes e Alves (2004, p. 337) salientam uma das tendências de enorme significado no mundo do trabalho contemporâneo: trata-se do aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho. Para eles,

esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, na qual os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais. Muitos estudos têm apontado que, na nova divisão sexual do trabalho, as atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, frequentemente com menores níveis de qualificação, são preferencialmente destinadas às mulheres trabalhadoras. (ANTUNES E ALVES, 2004, p. 338).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Hirata (2011) e Figueiredo (2008), afirmam que apesar do crescimento da participação econômica em trabalhos formais nos últimos anos, o incremento feminino se deu prioritariamente no setor de comércio e de serviços, através de contratos de trabalho flexíveis, que deixam as mulheres inseguras quanto ao seu futuro profissional, seu emprego, sua renda e sua carreira. É importante ressaltar que os setores que as mulheres ocupam são atravessados pelas relações desiguais de gênero, que estabelecem diferentes formas de contrato, tarefas e remunerações para a população feminina, com desvantagens evidentes para sua inserção e manutenção no mundo laboral.

Segundo Oliveira et, al. (2011) e Silvestre e Fernandes (2014), as mulheres também são as mais atingidas pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, através do aumento de sua inserção em contratos de duração determinada, terceirizadas, informais, clandestinos e em tempo parcial, exercendo atividades de menor qualidade e com baixos rendimentos.

Figueiredo e Nascimento (2015, p. 03), tendo como base os dados do DIEESE (2014) referentes ao ano de 2011 indicam que 48% das mulheres ainda estavam inseridas informalmente no mercado de trabalho, mesmo com um crescimento de 5,93%, da participação feminina com carteira de trabalho. Os mesmos autores salientam também que é importante observar que grande parte do número das mulheres estava empregada na área da limpeza, comércio, hospitais e restaurantes de forma terceirizada, o que envolve piores condições de trabalho e salários mais baixos.

Outra tendência presente no mundo do trabalho, de acordo com Antunes e Alves (2004), é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural. Já Antunes e Alves (2004), afirmam que paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos “trabalhadores voluntários” etc. Correa e Lopes (2009) relatam que houve aumento da participação desta faixa etária no mercado de trabalho, contudo, os dados demonstram que ainda é elevado o percentual de trabalhadores desta faixa etária na informalidade, girando em torno de 70% do total de ocupados no Brasil (CORREA E LOPES, 2009).

Uma das razões que podem explicar a elevada participação dos trabalhadores acima dos 56 anos no mercado informal se dá pelo fato de que um número cada vez maior de idosos está entrando no mercado de trabalho e, raramente, após aposentado, um idoso consegue ser admitido no mercado



formal, contudo, muitas vezes aposentados, são obrigados a entrar na informalidade para complementar sua renda. Além disso,

vem se desenvolvendo no mundo do trabalho uma crescente expansão do trabalho no chamado “Terceiro Setor” se o “Terceiro Setor” vem incorporando trabalhadores(as) que foram expulsos do mercado de trabalho formal e passam a desenvolver atividades não-lucrativas, não-mercantis, reintegrando-os, este pode ser considerado seu traço positivo. Ao incorporar – ainda que de modo também precário – aqueles que foram expulsos do mercado formal de trabalho, estes seres sociais se veem não mais como desempregados, plenamente excluídos, mas realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social e útil. (ANTUNES E ALVES, 2004, p. 339).

A classe trabalhadora, hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços *part-time*². Tem-se, assim, um

desenho compósito, diverso e heterogêneo que caracteriza a nova conformação da classe trabalhadora, a classe-que-vive-do-trabalho: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos” etc., temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital. (ANTUNES E ALVES, 2004, p. 342)

Ainda segundo Antunes e Alves (2004) compreender a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Para eles a classe trabalhadora é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental, ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada, que somente pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada de trabalho.

Em termos numéricos a classe trabalhadora também tem sido reconfigurada, pois

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais. (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 337).

Antunes e Alves (2004) apontam que há, entretanto, contrariamente à tendência anteriormente apontada, outra muito significativa e que se caracteriza pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho

² Segundo o artigo 150º do Código do Trabalho (CT), considera-se *part-time* um trabalho que “corresponda a um período normal de trabalho semanal inferior ao praticado a tempo completo em situação comparável”. Para além disso, um trabalho a tempo parcial só pode ser prestado em alguns dias por semana, mês ou ano, devendo ser instituído por acordo.



precarizado. De acordo com os mesmos autores com a desestruturação crescente do Welfare State³ e com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho crescentemente desregulamentadas, “informais”, de que são exemplo as distintas formas de terceirização.

Pode-se dizer que ao se apropriar das novas tecnologias e utilizá-las com o auxílio do neoliberalismo na reestruturação produtiva, o capitalismo inseriu a sociedade numa lógica destrutiva, em que a produção de mercadorias passou a ser colocada acima de valores essenciais, como igualdade, solidariedade etc., O próprio estado de bem-estar social está sendo aos poucos desmontado, com a privatização de serviços públicos indispensáveis como a saúde, a educação, a segurança, a previdência e a assistência social.

Por fim, pode-se dizer que nesse processo houve uma perda significativa de direitos, pois o sistema que está sob controle do capital tornou o trabalho ainda mais precarizado por meio das formas de subemprego, desemprego, intensificando assim os níveis de exploração para aqueles que trabalham.

7.2.1. As transformações do mundo trabalho na cidade de Manaus

No que tange à cidade de Manaus pode-se afirmar que a população amazonense não ficou de fora deste jogo da acumulação capitalista, uma vez que, os dados apontados, levam a refletir o quanto a globalização e o processo de acumulação capitalista, na forma da reestruturação produtiva, trouxe consequências bastante graves à população amazonense.

Manaus é o principal centro financeiro e econômico da Região Norte brasileira, além de ser a maior cidade desta região, ocupando uma área de 11.458,5 km². Segundo Bentes (2005 apud Silva 2011) desde os séculos anteriores a cidade foi um atrativo em decorrência das oportunidades de geração de emprego e renda em uma localidade urbana. Manaus também recebe grande quantitativo de pessoas do interior do Estado, pelo fato deste município possuir melhor dotação de infraestrutura em saúde, educação etc., em relação aos demais municípios amazonenses, ou seja, as pessoas mudam-se para a capital em busca de melhores condições de vida. Dos quinze entrevistados, oito

³Para Briggs (2006), O Welfare State ou Estado de bem-estar social é um Estado no qual se usa deliberadamente o poder organizado em um esforço para modificar o jogo das forças do mercado em no mínimo três direções: primeiro, garantindo aos indivíduos e às famílias uma renda mínima, independentemente do valor de mercado de seu trabalho ou de sua propriedade; segundo, reduzindo a exposição à insegurança, colocando os indivíduos e famílias em condições de enfrentar certas contingências sociais que, de outro modo, levariam a crises do indivíduo ou de sua família; e terceiro, assegurando que a todos os cidadãos, sem distinção de status ou classe, sejam oferecidos os mais altos padrões de um conjunto reconhecido de serviços sociais



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



deixaram seus locais de origem e vieram para Manaus em busca de melhores condições de vida e trabalho. Tal fato pode ser comprovado ao observar a fala de alguns dos entrevistados da pesquisa:

Eu nasci no interior, morei em Itacoatiara depois viemos pra cá, que veio minha irmã mais velha que ela casou e veio pra cá aí a gente veio em busca de emprego, de melhores condições de vida, que lá era meio precário de emprego na época (ENTREVISTADO Nº 02, 2015)

Eu nasci em Iamundá, eu vim pra Manaus vim pra trabalhar. Eu vim com uma tia minha (ENTREVISTADO Nº 03, 2015)

Eu vim pra cá depois que terminei meus estudos em busca de novas oportunidades na época, faz 15 anos que eu tô [sic] aqui. (ENTREVISTADO Nº 08, 2015)

A Zona Franca de Manaus é considerada uma das principais fontes de emprego da cidade. Contudo, mesmo com a geração de empregos oportunizados pelo Polo Industrial, Manaus apresenta um crescente número de desemprego. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) mostram que a indústria é o setor com pior desempenho, e os números do setor só pioram. A indústria amazonense chegou ao fim de 2015 empregando 187 mil pessoas. É o pior resultado em quatro anos.

Ainda segundo dados do CAGED (2015), mais de 37 mil postos de trabalho encerrados, sendo 27,67 mil somente na indústria, representando 74,7% do total dos postos de trabalho encerrados no Estado. Além disso, em 2015, 209,4 mil trabalhadores foram desligados de seus empregos no Amazonas, e somente 172,4 mil pessoas foram contratadas. A capital teve uma forte elevação sobre 2014, quando a taxa de desemprego era de 9,4%, segundo dados do IBGE. O Amazonas fechou o ano de 2015 com 162 mil pessoas desempregadas.

De acordo com o IBGE, no primeiro trimestre de 2016, a taxa de desemprego aumentou mais ainda. Dados do IBGE mostram que havia um total de 221 mil pessoas desempregadas no Estado, uma variação de 40,9% em relação ao mesmo trimestre do ano de 2015, onde eram 157 mil.

Dados do IBGE (2016) mostram que no 1º trimestre de 2016, o número de empregados no setor privado com carteira de trabalho no Amazonas foi de 345 mil contra 385 mil no mesmo trimestre de 2015, uma redução de -10,3% ou 40 mil pessoas. Por outro lado, o número de trabalhadores por conta própria, passou de 463 mil no primeiro trimestre de 2015 para 534 mil no mesmo trimestre de 2016, um acréscimo de 70 mil pessoas ou 15,2%. O trabalhador doméstico passou de 63 mil para 72 mil no mesmo intervalo de período, aumento de 14,1% equivalente a 9 mil pessoas.

Segundo o CAGED, o Amazonas teve em média no mês abril, a demissão de 2.045 pessoas, o que chega a mais ou menos 68 desligamentos diários. Os setores mais atingidos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



foram, a indústria, com um total de 1.030 desligamentos, e o comércio, com a diminuição de 803 vagas. O mais preocupante é que o desemprego não está concentrado numa única atividade. O desemprego está presente em todas as atividades, no primeiro quadrimestre de 2016 a redução dos postos de trabalho foi de 13.242 vagas, afirma o CAGED. É nesse momento então, que está crescendo a iniciativa de trabalhar por conta própria, aponta a PNAD. O Amazonas finalizou 2015 com 486 mil pessoas trabalhando e se mantendo por conta própria.

Silva (2011) explicita que como saída para o desemprego, o trabalhador, especificamente abordado aqui o da cidade de Manaus, se submete à precarização do trabalho, de forma insegura, desprotegida pela legislação trabalhista e previdenciária, péssimas condições de trabalho e vida, se expondo a todo tipo de risco.

A precarização do trabalho presente no mundo atual não é acidente de alguns, mas é condição forçada de uma expressiva parcela da sociedade. Para Souza (2010) é importante perceber a diferença com relação às classes médias, em que a “ética do trabalho” é aprendida a partir da “ética do estudo” como seu prolongamento natural.

Para além do crescimento urbano, o que tornou Manaus uma cidade moderna, para atender uma classe social elitizada, criou também uma classe com um grau elevado de carência socioeconômica, sem emprego nem renda, ou com baixíssima renda e precárias condições de trabalho e sobrevivência. Silva (2011) afirma que Manaus cresceu, evoluiu. Mas tal crescimento e evolução não foi suficiente para acompanhar o constante desenvolvimento da cidade, de forma a atender as demandas que surgem. A má distribuição, ou nenhuma distribuição da riqueza, coloca a população em uma situação de vulnerabilidade social sem ter suas necessidades atendidas pelo Estado. Neste sentido, percebe-se o chamado desenvolvimento da cidade de Manaus como uma realidade de contrastes.

Dentre as principais vulnerabilidades identificadas na população da área de abrangência do PROSAMIM, de acordo com o Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental (2007), têm-se a relação de trabalho e renda, que apresenta um alto índice de chefes de família desempregados e muitas pessoas com renda per capita inferior a ½ salário mínimo.

Por isso, um dos objetivos do programa em relação à trabalho e renda era contribuir com a redução da vulnerabilidade social da população, fortalecendo suas condições de desenvolvimento social, criando oportunidades para a inserção dos moradores no mercado de trabalho como empregados ou como “empreendedores”. Como objetivos específicos tem-se os que se seguem:

- a) Apoiar a geração de trabalho e renda para moradores da comunidade por meio das obras;
- b) Elevar o nível de escolaridade da população por meio de programas para a alfabetização e escolaridade de jovens e adultos;
- c) Melhorar as condições de inserção



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



ocupacional dos trabalhadores informais por meio da qualificação profissional e da criação de mecanismo que apoiem esta inserção; d) Desenvolver ações de apoio à geração de renda e qualificação do empreendedorismo da população, inclusive apoiando os já existentes; e) Fomentar condições de inserção dos jovens em Programas voltados a qualificação profissional e o Primeiro Emprego; f) Realizar ações integradas com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local; g) Coordenar as ações de planejamento integrado do funcionamento dos equipamentos implantados com recursos do Programa; e h) Coordenação a articulação institucional necessária para garantir o acesso igual ou superior às Políticas Públicas sociais básicas na região para as famílias reassentadas. (PLANO DE TRABALHO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE, 2007, p. 75)

Parece-nos evidente que esses objetivos – geral e específicos – não foram implementados pelo PROSAMIM, pois se tivessem sido não teríamos identificado moradores com o perfil socioeconômico como relatamos acima.

Acerca dos objetivos mencionados acima, segundo o Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental (2007) pode-se dizer que o programa visava destinar vagas em cursos de qualificação profissional conforme a demanda da comunidade considerando o mercado de trabalho e visando a qualificação profissional e possível geração de renda, assegurando ainda, a ampliação da escolaridade por meio da identificação e viabilização de atendimento de analfabetos ou pessoas apenas com alfabetização funcional de forma a contribuir também com sua inserção no mercado de trabalho.

Contudo, ao serem questionados sobre tais curso, dos moradores entrevistados, alguns afirmam que foram oferecidos, mas não foram muito úteis para a geração de renda e outros ainda, relatam não saber da existência de tais cursos:

Não, acho que não foi oferecido [curso] não. Se tinha né? Não foi passado pra gente. (ENTREVISTADO Nº03, 2015)

Não, pra mim não. Até (...) deixa eu ver, acho que tá com uns dois meses que eu fui buscar a chave ali do coisa, da conta né, aí ela perguntou se eu já participei de algum curso, de algum coisa, eu disse “não, nunca foram lá avisar”, num [sic] sabia né? Porque tem muita gente que já participou né? Mas eles nunca passaram aqui não avisando. (ENTREVISTADO Nº 08, 2015)

Pode-se afirmar que a mudança para o Parque Residencial Manaus não trouxe impactos para os moradores no que se refere ao trabalho. Os moradores que exercem alguma atividade, afirmam que a mudança para o Parque Residencial Manaus não afetou em nada no trabalho, pois os mesmos continuam na mesma área em que moravam anteriormente, área central da cidade, e essa atividade exercida hoje já era exercida antes da mudança. Para os indivíduos que se encontram desempregados ou inseridos no mercado informal relatam que o que dificulta a inserção no mercado de trabalho formal é a baixa escolaridade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Souza (2010) coloca que os batalhadores, na sua esmagadora maioria, não possuem o privilégio de terem vivido toda uma etapa importante da vida dividida entre brincadeira e estudo, a necessidade do trabalho se impõe desde cedo, paralelamente aos estudos, e muitos optam por deixar o estudo e se lançar no mercado de trabalho pois esta é a única opção que encontram para garantir a sobrevivência, como relatam alguns dos entrevistados da pesquisa:

Só estudei até a quinta série. Na época, o papai trabalhava no interior e trabalhava de roça, e eu ainda era criança, estudei muito pouco, não tive como estudar. Ai depois eu cresci, tomei conta da minha vida e é aquele negócio, se você não tem uma orientação ai você necessita de trabalhar[sic] para ganhar sua renda e se torna tudo difícil, sabe? Vocês estudo [sic], mas se forem trabalhar e estudar é muito difícil! E naquela época, na minha época eu não tive outra chance, eu tinha que escolher, ou trabalhar ou estudar. E eu não tinha como estudar, tive que trabalhar para me sustentar (ENTREVISTADO Nº 01, 2015)

Eu parei de estudar, porque tinha que trabalhar né? Pra sustentar a família. Ai eu parei de estudar (ENTREVISTADO Nº 07, 2015)

Dos quinze entrevistados, quatro têm ensino fundamental incompleto, dois têm ensino fundamental completo, dois apresentam ensino médio incompleto, seis apresentam ensino médio incompleto e apenas um têm ensino superior completo.

Como já posto acima, Souza (2010, p.62) corrobora com o nosso entendimento de que o mercado de trabalho exige, cada vez mais, a obtenção de qualificação, para se integrar ao mercado de trabalho, especialmente no âmbito formal, nunca foi tão importante ser qualificado. Entretanto, ainda de acordo com Souza (2010) possuir a qualificação não é garantia de integração estável no mercado de trabalho, na medida em que os trabalhadores com níveis mais baixos de qualificação são relegados às posições e empregos de instabilidade no mercado de trabalho. Caminha (2012) ressalta que a precarização do trabalho presente no mundo atual não é acidente de alguns, mas é condição forçada de uma expressiva parcela da sociedade.

Dos entrevistados, 7 afirmam receber o bolsa família, que serve para complementar a renda familiar, renda essa que todos afirmam ser insuficiente para o sustento da família, por isso, dos quinze, nove relatam que exercem atividade complementar à renda obtida. Os indivíduos são obrigados a buscar outras alternativas para o sustento familiar através de atividades informais. Ainda a respeito de emprego e renda pode-se dizer, com base no RIMA (2004) que aproximadamente 25,5% dos moradores do Prosamim são trabalhadores autônomos que não recolhem as contribuições previdenciárias. De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (2004) pode-se afirmar, ainda, que o público-alvo da área de intervenção do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) é caracterizado por vendedores ambulantes. Uma das atividades mais frequentes são as vendas em pequenos quiosques improvisados na área do



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

programa. Nos referidos quiosques identificamos mercadinhos, venda de produtos de culinária doméstica e frutas de estação, além de serviços de beleza como cabeleireiros e manicures.

A renda complementar obtida com outras atividades por mês é variável, desde R\$ 8,00 até 1.700 reais. A maioria obtém até no máximo R\$ 300,00. Assim, pode-se afirmar que muitas pessoas apresentam uma renda instável e insuficiente. Sampaio et. al (2012) atesta que as populações que residem ou residiam em áreas de risco apresentam condições socioeconômicas relativamente baixas a muito baixas, por isso não tem condições de deixar essas áreas.

Dos quinze entrevistados também, nove trabalham, destes, apenas três têm vínculo formal de trabalho e seis estão inseridos no mercado informal. Dos seis restantes, cinco encontram-se na situação de não trabalho e um está desempregado.

Nessa pesquisa, foram priorizadas as condições de vida e trabalho dos moradores do Parque Residencial Manaus. Os entrevistados estão satisfeitos com a atual moradia pois para eles, ser proprietário dos seus imóveis é a realização de um sonho, sobretudo se comparam a moradia atual com a anterior. Muitos deles relataram inúmeros problemas de infraestrutura nas moradias recebidas, mas o maior problema identificado é a dificuldade dos moradores para arcar com as despesas de água e luz; uma despesa que antes não tinham, além de estarem vivenciando sérios problemas de violência, notadamente devido ao tráfico de drogas na área. Um número majoritário de entrevistados mencionou a violência do local, sobretudo no que diz respeito às drogas, sendo este um motivo generalizado de insatisfação

Indubitavelmente, as famílias que foram reassentadas no Parques Residencial Manaus passaram a usufruir de condições habitacionais e sociais mais dignas que as anteriores quando moravam às margens dos igarapés. Tal localização na área central da cidade não trouxe prejuízo no tocante ao trabalho. Para os entrevistados, a mudança para o parque, trouxe mais vantagens que desvantagens, até mesmo no que se refere ao trabalho, facilitando, sobretudo por estarem em uma área de fácil acesso e de rápida locomoção para outras partes da cidade, para aqueles que têm alguma ocupação.

Contudo, no que se refere aos moradores que não tem nenhuma ocupação ou forma de renda, pode-se dizer que estes foram esquecidos pelo programa que dizia em um dos seus objetivos que iria contribuir com a redução da vulnerabilidade social da população em relação à trabalho e renda. A habitação abrange um conjunto de elementos necessários para subsistência do ser humano. Assegurar a moradia é assegurar dignidade, cidadania, melhores condições de saúde, inserção social, trabalho, conhecimento e identidade, assim, a habitação satisfatória consiste em pressuposto para a dignidade da pessoa humana.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Ao refletir sobre o processo de urbanização da cidade de Manaus podemos localizar um traço em comum que perpassa a forma como a capital do estado Amazonas foi sendo forjada: intervenções públicas que privilegiaram interesses contrários aos interesses da população que ocupava o centro da cidade e as áreas do entorno dos igarapés. Conforme o processo de urbanização avançava foram sendo feitos aterros nas áreas dos igarapés para a abertura de novas vias, facilitação da circulação de pessoas e embelezamento da cidade. Os moradores dessas áreas, conseqüentemente, eram expulsos para espaços sem ruas ou pontes e com a destruição de suas residências novas utilizações eram dadas a esses espaços. Chega-se ao século XXI, com uma grande proposta de intervenção nos igarapés: o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, que dá seqüência a esse tipo de intervenção.

Concebemos assim, que o Estado intervém no espaço urbano capitalista a fim de assegurar a continuidade da reprodução do capital, e no caso da proposta apresentada para Manaus, o discurso da revitalização dos igarapés sempre esteve presente, contudo, revitalizar os igarapés, entre outras coisas, significa retirar as pessoas que moram às margens ou sobre os igarapés, removendo-as para outros lugares, como se a presença das pessoas nesses lugares representasse por si só uma situação de degradação ambiental, assim como o lixo que se acumula nos leitos dos igarapés.

Por fim, entendemos que é prioritário que o governo estadual faça uma avaliação do PROSAMIM I e II a fim de comprovar estes e outros problemas detectados na vida desses moradores ocasionados com a remoção, a fim de planejarem outros projetos de intervenção para que de fato eles possam ter uma melhor qualidade de vida não só no âmbito habitacional. É urgente que eles sejam inseridos em programas da área da assistência social, como o Programa Bolsa Família (PBF), tarifa social, dentre outros porque se nada for feito, o Estado supostamente está resolvendo um problema da moradia, mas simultaneamente está criando outros que podem transformar essas novas áreas em locais de vulnerabilidade social, que vão requerer novas intervenções estatais.

Há um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica social voltada prioritariamente à produção de mercadorias e a valorização do capital.

8. Referências



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

ALVES, Juliana Araújo et al. Agências multilaterais e intervenções urbanas: o caso do PROSAMIM em Manaus – AM - Brasil. Manaus, 2008.

ATAÍDE, Marlene Almeida de. O mundo do trabalho no Brasil a partir da década de 90: uma questão em análise. **Métis: história & cultura**, v. 11, n. 22, 2013.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. *Revista Serviço Social & Sociedade*, v. 17, n. 50, p. 78-86, 2005.

ANTUNES, Ricardo et al. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social & Sociedade**, 2011.

AZEVEDO, Renildo Viana. Revitalização dos igarapés: para quem? 2008. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_humano_adm_pub_renildo_v_azevedo.pdf>> Acesso em: janeiro de 2015.

BARON, Cristina Maria Perissinotto. A produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos institutos de aposentadorias e pensões – IAP's. *Revista Tópos*, v. 5, n. 2, p. 102-127, 2013. Disponível em << <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/viewFile/2287/2092>>> Acesso em Janeiro de 2015.

CAMINHA, Marco Aurélio Lustosa. As metamorfoses do mundo do trabalho no final do século XX e a atualidade da questão social, 2011. Disponível em: << <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/metamorfozes-do-mundo-do-trabalho-no-final-do-s%C3%A9culo-xx-e-atualidade-da-quest%C3%A3o-social>>> Acesso em fevereiro de 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Edições Labor: Eletrônica, 2007.

COSTA, Maria Amélia da. Moradia digna na cidade, 2007. Disponível em: << http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/maria_amelia_da_costa.pdf>> Acesso em Janeiro de 2015.

DIAS, Edinea Mascarenhas. Manaus 1890-1920: a ilusão do fausto. Manaus: Valer, 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



GARRIDO, Ana Lúcia. A cidade de Manaus e o projeto PROSAMIM. In: O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM – e seus impactos socioambientais sobre a qualidade de vida da comunidade do Parque Residencial Manaus, 2011. Disponível em: << http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18120/18120_3.PDF>> Acesso em: dezembro de 2014.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Centauro Editora, 2008.

MARQUES, Eduardo Cesar; TORRES, Haroldo da Gama. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

MESQUITA, Otoni Moreira de. La belle vitrine: Manaus entre dois tempos 1890-1900. Manaus: FAPEAM, 2009.

NASCIMENTO, Márcio Silveira. As interações sociedade e meio ambiente no espaço urbano de Manaus – AM. Anais: Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO: Versão para debate. Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Habitação, 2009. Disponível em: << http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf>> Acesso em Janeiro de 2015.

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM. Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica – EIS. Manaus/AM, julho de 2004.

PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês. **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. Unesp, 2003.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL: Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, 2004. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br/wp-content/uploads/2004/05/rima-prosamim3.pdf>>> acesso em: janeiro de 2015.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL: Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, 2012. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/05/rima-prosamim3.pdf>>> acesso em: janeiro de 2015.

CORREA, Rosilda Oliveira e LOPES, Janete Leige. Mercado de trabalho informal: um comparativo entre brasil e paran a numa trajetória de “10” anos. Encontro de produ o científica e tecnológica,



2009.

Disponível

em<<

[>>](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_sociais/11_CORREA_LOPES.pdf)
acesso em junho de 2016.

SANTOS, Carolina Cássia Batista. Direito à Moradia na cidade de Manaus. Revista Ser Social, n. 8. Brasília: UNB, 2008.

SILVA, Regina Celly Nogueira da; MACÊDO, Celênia de Souto. A urbanização mundial, 2009. Disponível em: << [>> acesso em: janeiro de 2015.](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20-%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo_Urb_A04_WEB_IBPPZ_SF_SI_SE_171209.pdf)

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros. **Nova classe média ou nova classe trabalhadora**, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização, 2000. Disponível em: << [Trabalho em Manaus. Disponível em: <<<http://www.dieese.org.br/>>> Acesso em maio de 2016.](http://groups.google.com.br/group/digitalsouce.>> Acesso em: Dezembro de 2015.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Trabalho em Manaus. Disponível em: <<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>> Acesso em maio de 2016.

Trabalho em Manaus. Disponível em: <<<http://site.suframa.gov.br/>>> Acesso em maio de 2016.

Trabalho em Manaus. Disponível em: <<<http://www.acritica.com/>>> Acesso em maio de 2016.

9. Cronograma de Atividades

Nº	Descrição	Ago 2015	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2016	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
	Levantamento Bibliográfico	X	X	X	X	X	X						
	Pesquisa Documental		X	X	X	X							
	Discussão e fichamento do material selecionado		X	X	X	X	X						
	Elaboração de instrumental da pesquisa.				X	X							
	Aplicação de pré-teste					X	X						



Transcrição das entrevistas					X	X	X	X				
Sistematização das entrevistas					X	X	X	X	X			
Análise das entrevistas								X	X	X		
Elaboração do relatório parcial					X	X						
Elaboração do Resumo e Relatório Final											X	X
Preparação da Apresentação Final para o Congresso											X	X

10. Apêndice

INSTRUMENTAL DE ENTREVISTA COM OS MORADORES

I. DADOS PESSOAIS

- Entrevistado n°:
- Idade:
- Gênero: () masculino () feminino
- Naturalidade:
 - Caso não seja de Manaus, por que veio para a cidade?
- Quantas pessoas moram na sua casa?
- Qual a Renda Familiar: () Até 1 Salário Mínimo () De 2 a 3 salários mínimos () Acima de 3 salários mínimos.
- Recebe algum benefício ou dinheiro de algum programa do governo? () Sim () Não.
 - Em caso positivo?

II. ESCOLARIDADE

- Qual a sua escolaridade? () Ensino Fundamental () Ensino Médio () EJA () Ensino Técnico () Ensino Superior
 - **Completo** () **Incompleto** ()
 - 1.1. Caso a escolarização seja incompleta:
 - Por que você parou de estudar?
 - Você já teve vontade de voltar a estudar? () sim () não
 - Se sim, quais motivos não permitiram que você voltasse?
 - Se não, porque não?



UFAM

2. Você acha que o estudo é importante? Comente.

III. TRABALHO

3. Você trabalha? () Sim () Não

➤ Caso negativo:

a) Por que você não está trabalhando agora?

b) Você já trabalhou antes? () Sim () Não

Se sim:

- Você pode contar um pouco sobre a sua trajetória de trabalho?
- Qual a importância que o trabalho tem na sua vida?

➤ Caso Positivo:

a) Esse trabalho já era desenvolvido antes de vir morar aqui? () Sim () Não

➤ Caso negativo, por que mudou de trabalho?

b) A mudança para o parque afetou no seu trabalho? () Sim () Não

➤ Caso positivo, em que?

c) O seu trabalho é com carteira assinada? () Sim () Não

[Trabalho Formal]

Onde trabalha?

Há quanto tempo?

Qual o seu salário?

Exerce outra atividade para complementar a renda?

[Trabalho Informal]

Com que trabalha?

Onde desenvolve o trabalho?

Há quanto tempo?

Contribui para a Previdência Social?

d) A renda obtida com o seu trabalho é suficiente para sustentar a sua família?

() Sim () Não

e) Você realiza outra atividade para complementar a renda?

() sim () não. Se sim, qual?

f) Qual a importância que o trabalho tem na sua vida?

g) Você gosta do seu trabalho? () Sim () Não

h) Você acha que seu salário é satisfatório? Comente.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

- i) Você está satisfeito com o seu trabalho atual? Comente.
- j) Você já pensou em mudar de trabalho? Comente.
- k) Você tem outros planos de trabalho para o futuro? Comente.

2. Quantas pessoas trabalham na sua casa?

- Quantos trabalham com carteira assinada e quantos são autônomos?

IV. LOCAL DE MORADIA ANTERIOR

4. Como tomou conhecimento sobre o Prosamim?

5. Tiveram esclarecimentos sobre o que seria o programa?

() sim () não

- Se sim, de que forma?

6. Foram apresentados os objetivos do programa?

() sim () não

- Se sim, quais eram?

➤ Em sua opinião esses objetivos foram cumpridos? () sim () não. Comente.

7. O que mudou na sua vida com a mudança para o parque residencial?

8. Como era o local onde o senhor (a) morava anteriormente?

a) Como era o ambiente em que estava localizada a sua casa?

b) Como era a sua casa?

c) Com que frequência você adoecia?

d) Você sofria com a alagação? () Sim () Não

- Como era no período de alagação?

9. Você se sentia tranquilo onde morava anteriormente? () Sim () Não. Comente.

10. Como era a sua vida nesse local?

11. Quais eram os principais problemas encontrados?

12. O senhor (a) sentia-se excluído nesse local? () sim () não . Por quê?

13. Como era o acesso aos serviços públicos? (Ex: Educação, saúde, lazer, saneamento básico).

14. Houve pesquisas para saber quais as necessidades de cada família a respeito da moradia? ()
sim () não

V. LOCAL DE MORADIA ATUAL

15. Como era a sua vida no local de moradia anterior?

16. O senhor (a) gostava de lá? () sim () não

17. Do que mais sente falta?

18. Como é a sua vida aqui?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

19. Como foi seu processo de adaptação?

- Houve dificuldades? Comente. () sim () não

20. O senhor (a) já conseguiu se adaptar? () sim () não

- Se não, por quê?

21. Houve acompanhamento dos profissionais responsáveis pelo programa para ajudar no processo de adaptação ao novo ambiente? () sim () não

22. Está satisfeito (a) com a sua moradia atual?

() sim () não

- Por quê?
- O que poderia melhorar?

23. Já pensou em voltar para o local que morava anteriormente? () sim () não

- Se sim, por quê?

24. Quais os principais problemas existentes no parque residencial que o senhor (a) acha que poderia melhorar? Comente.

25. Esses problemas existiam no seu local de moradia anterior? () sim () não

26. Quais as vantagens e desvantagens de morar neste local?

27. Você se sente tranquilo (a) morando aqui? Comente.

28. Você está satisfeito com Parque Residencial Manaus? Comente.

29. Quais são os serviços públicos oferecidos próximos ao parque?

- Há serviços de saúde próximos?
- Há escolas?
- Como é a segurança do local?
- Como é o serviço de limpeza e coleta de lixo?
- Como é a iluminação do parque?
- Existem áreas de lazer próximo ao parque?

30. O que mudou na sua vida com a mudança?

31. Você se sente discriminado por ter vindo de área de igarapé?

32. Você recebeu algum apoio (orientação, financiamento, inserção em algum programa, cursos de capacitação etc.) do PROSAMIM? () Sim () Não.

- Se sim, esses cursos ajudaram você a entrar no mercado de trabalho ou a fazer algo para complementar a renda? Comente.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



TCLE



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “ **Cartografia social dos moradores do Parque Residencial Manaus: Uma análise acerca das condições de vida e trabalho.**”, a ser realizada no “Parque Residencial Manaus”, sob a responsabilidade do pesquisador **Katia de Araújo Lima Vallina**, Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Departamento de Serviço Social, Setor Norte, Campus Universitário, Av. General Rodrigo Octávio, 6.200, Coroado I, CEP 69077-000, telefone 33054578, e-mail: katiavallina@hotmail.com , e da discente **Sabrina Moraes Ferreira**, residente na Rua 34, n°. 720, Conjunto 31 de Março, bairro Japiim, telefone 82681578, e-mail sabrina.antonelly@hotmail.com

O objetivo da pesquisa é “Analisar as condições de vida e trabalho dos moradores reassentados pelo PROSAMIM no Parque Residencial Manaus”. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: serão feitas perguntas relativas ao seu cotidiano no Parque Residencial Manaus, focando o acesso aos equipamentos e serviços públicos e gostaríamos de autorização para gravar a entrevista a fim de facilitar a transcrição posterior.

O único risco decorrente de sua participação na pesquisa pode ser o seu receio de ser identificado e ter prejuízos com relação à aquisição de sua moradia, mas isso não ocorrerá porque asseguramos que os entrevistados não serão identificados. Se você aceitar participar, estará contribuindo para que nos identifiquemos quais as demandas reais dos moradores no tocante à saúde e essas demandas serão informadas aos órgãos competentes para resolvê-los. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181/ Ramal 2004, Celular 91712496 e email cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/___

Assinatura do participante

Impressão do dedo polegar Caso não saiba assinar

Assinatura do Pesquisador Responsável.

Assinatura da Discente.